

MULHERES E SUAS DEMANDAS FAMILIARES: TRADUÇÃO DA SOBRECARGA E DA INVISIBILIDADE SOCIAL DO CUIDADO

Fabiane Márcia Drews

<https://orcid.org/0009-0001-1668-7076>

Universidade Federal de Santa Maria, Mestrado em Serviço Social e Políticas Públicas, Santa Maria/RS - Brasil
fabidreufsm@gmail.com

Laura Regina Câmara Maurício da Silva Fonseca

<https://orcid.org/0000-0001-6969-386X>

Universidade Federal de Santa Maria, Mestrado em Serviço Social e Políticas Públicas, Santa Maria/RS - Brasil
laurafonseca.22@gmail.com

Recebido em: 22/04/2026

Aceito em: 04/05/2026

Resumo: O presente artigo analisa como as demandas de cuidado atribuídas às mulheres se traduzem em sobrecarga, desvalorização, exploração e desigualdades em um contexto marcado pela invisibilidade social, adotando uma abordagem teórico-analítica fundamentada na Teoria da Reprodução Social e em estudos feministas sobre gênero e trabalho para compreender como o cuidado, enquanto dimensão constitutiva da reprodução da vida e da manutenção da sobrevivência humana, permanece historicamente invisibilizado e desvalorizado; discute, ainda, a relação entre cuidado e divisão sexual do trabalho, evidenciando como essa organização social naturaliza a responsabilização feminina pelas atividades reprodutivas; conclui que o reconhecimento do cuidado como trabalho constitui elemento fundamental para o planejamento, desenvolvimento e fortalecimento de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades, bem como para a legitimação do lugar das mulheres nos espaços sociais, historicamente marcados por processos de exclusão e discriminação no âmbito da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Trabalho; Gênero; Sobrevivência; Desvalorização; Exclusão.

WOMEN AND THEIR FAMILY DEMANDS: TRANSLATION OF THE OVERLOAD AND THE SOCIAL INVISIBILITY OF CARE

Abstract: The present article analyzes how care demands attributed to women translate into overload, devaluation, exploitation, and inequalities within a context marked by the social invisibility of care, adopting a theoretical-analytical approach grounded in Social Reproduction Theory and in feminist studies on gender and work in order to understand how care, as a constitutive dimension of the reproduction of life and the maintenance of human survival, remains historically invisibilized and

devalued; it also discusses the relationship between care and the sexual division of labor, showing how this social organization naturalizes women's responsibility for reproductive activities; it concludes that recognizing care as work constitutes a fundamental element for the planning, development, and strengthening of public policies aimed at reducing inequalities, as well as for legitimizing women's place in social spaces historically marked by processes of exclusion and discrimination within the working class.

Keywords: Work; Gender; Survival; Devaluation; Exclusion.

INTRODUÇÃO

O cuidado, seja ele manifestado em ações familiares – através do cuidado dos filhos, da casa, do lar, ou sociais – em profissões relacionadas à educação e saúde, por exemplo, é historicamente atribuído às mulheres, o que tem evidenciado cada vez mais a necessidade de contextualizar essas relações, seus impactos, valores e até mesmo formas de opressão que elas causam, na busca de fomentos teóricos relacionados ao gênero, compreendendo que as estruturas determinantes do cuidado se modulam fortemente no feminino.

Essa realidade é evidenciada pelo acúmulo de responsabilidades que socialmente são atribuídas às mulheres, ultrapassando espaços domésticos. Grande parte delas concilia o trabalho remunerado com as demandas de cuidado da família e do lar, assumindo jornadas intensas – formais e informais, produtivas e reprodutivas – que se traduzem em duplas ou triplas jornadas de trabalho. Essas múltiplas funções, naturalizadas por aspectos culturais, são frequentemente apresentadas como expressões de amor, vocação ou dever, mascarando, assim, a sobrecarga e a exploração que marcam a vida de milhões de mulheres.

No Brasil, às mulheres são parte de um grupo majoritário na sociedade quando se trata do quantitativo populacional, representando 51,5% da população brasileira (dados relativos ao terceiro trimestre de 2024, obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)). Em contrapartida a esse dado, persistem inúmeras desigualdades estabelecidas com base no gênero, atravessadas por dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais, que dificultam, limitam ou até mesmo excluem as mulheres do acesso a seus direitos, negando-lhes oportunidades e, conseqüentemente, condições dignas de sobrevivência.

Assim, o cuidado, aqui resumido socialmente a uma vocação de mulheres, manifesta toda a atividade invisível, desvalorizada, explorada e desigualmente distribuída entre os gêneros. Essa invisibilidade expressa uma das formas mais persistentes de desigualdade social, que se reproduz não somente na organização familiar, mas também no mercado de trabalho e na efetivação de políticas públicas de proteção, inclusão, afirmação e regulamentadoras.

Compreender que o cuidado, enquanto categoria social e prática cotidiana, constitui um dos principais eixos de sustentação das desigualdades de gênero é fundamental para este estudo. A partir dessa perspectiva, o artigo propõe analisar como as demandas familiares atribuídas às mulheres se traduzem em sobrecarga, desvalorização e invisibilidade social, à luz da Teoria da Reprodução Social (TRS) e dos estudos feministas sobre gênero e trabalho, contribuindo para o debate sobre a valorização e o reconhecimento do cuidado como trabalho essencial à vida e à sociedade.

O artigo tem como objetivo analisar o cuidado das mulheres nas demandas familiares, mostrando como esse trabalho se manifesta socialmente, compreendendo de que forma o cuidado, historicamente atribuído às mulheres, se constitui como atividade social indispensável à manutenção da vida, sendo que ao mesmo tempo é desvalorizado e pouco reconhecido. É um estudo teórico-analítico, de abordagem qualitativa, fundamentado na Teoria da Reprodução Social (TRS) e em estudos feministas sobre gênero, trabalho e cuidado, trazendo contribuições de revisões bibliográficas e documentais de autoras tais como: Silvia Federici, Tithi Bhattacharya, Danièle Kergoat, Helena Hirata, Mirna Cisne. Também foram consultados documentos governamentais, relatórios de políticas públicas e legislações relacionadas a gênero e trabalho de cuidado. Optou-se por esse enfoque metodológico devido à necessidade de compreender o cuidado das mulheres e suas demandas familiares como fenômeno social estruturante, atravessado por desigualdades de gênero, classe e raça, e não apenas como prática individual ou culturalmente naturalizada.

Compreender o cuidado como categoria social e prática cotidiana é fundamental, uma vez que ele constitui um dos principais eixos de sustentação das desigualdades

de gênero. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar o cuidado das mulheres nas demandas familiares, evidenciando como esse trabalho se manifesta socialmente e de que forma, embora indispensável à manutenção da vida e à reprodução social, permanece desvalorizado e pouco reconhecido.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de ampliar o debate sobre o cuidado para além de sua dimensão doméstica ou afetiva, reconhecendo-o como trabalho socialmente produzido e politicamente relevante. Ao evidenciar o cuidado como elemento estruturante da reprodução da vida e como base de sustentação do sistema econômico, busca-se contribuir para a formulação e o fortalecimento de políticas públicas que promovam a redução das desigualdades de gênero e o reconhecimento do cuidado como trabalho essencial.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de abordagem teórico-analítica, fundamentada na Teoria da Reprodução Social (TRS) e em estudos feministas sobre gênero, trabalho e cuidado. O percurso metodológico baseou-se em revisão bibliográfica e documental, com o objetivo de compreender o cuidado das mulheres e suas demandas familiares como fenômeno social estruturante, atravessado por desigualdades de gênero, classe e raça.

A revisão bibliográfica contemplou produções de autoras como Silvia Federici, Tithi Bhattacharya, Danièle Kergoat, Helena Hirata e Mirna Cisne, cujas contribuições são centrais para a análise das relações entre cuidado, divisão sexual do trabalho e reprodução social.

No que se refere à pesquisa documental, foram analisados documentos governamentais, legislações e relatórios de políticas públicas relacionados ao trabalho de cuidado e às desigualdades de gênero, permitindo situar a discussão no contexto brasileiro.

A escolha por esse enfoque metodológico justifica-se pela necessidade de compreender o cuidado para além de sua dimensão individual ou culturalmente naturalizada, reconhecendo-o como categoria social e política, fundamental para a reprodução da vida e para a sustentação das relações sociais e econômicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Reflexões sobre a Teoria da Reprodução Social

A Teoria da Reprodução Social (TRS) deve ser analisada de forma cada vez mais crítica, dando ênfase às formas de exploração e dominação causadas pelo trabalho não pago ou mal remunerado, doméstico e de cuidado e de que maneira essa estrutura patriarcal e dominadora agrega valor ao capitalismo. Compreender as relações entre trabalho produtivo e reprodutivo, dimensionando os seus reflexos e implicações na sociedade torna mais objetivo o entendimento das desigualdades vivenciadas pelas mulheres.

A TRS mostra como gênero, raça e classe se entrelaçam no trabalho produtivo e reprodutivo, destacando que o cuidado diário é essencial não apenas para a manutenção da vida, mas também para a sustentação do sistema capitalista.

Nessa conjuntura, é imprescindível compreender que o capitalismo não pode ser sustentado apenas pelo trabalho produtivo, que visa lucro, que é mercantil, entendendo que o trabalho reprodutivo é parte fundamental da sustentação do sistema por ser responsável pelas atividades domésticas, de cuidado e de socialização, o que mantém e estrutura a força de trabalho e a continuidade da vida humana. Esse cuidado atribuído às mulheres, é manifestado através da reprodução social, materializada na sobrecarga, na invisibilidade e na desvalorização do trabalho doméstico e de cuidado, implicando socialmente nas desigualdades estruturais de gênero, raça e classe.

Assim, é utilizada a divisão sexual do trabalho como ponto referencial para explicar como a força de trabalho é reproduzida economicamente, mostrando dessa forma a importância fundamental do trabalho reprodutivo (doméstico, de cuidado) para a manutenção do sistema capitalista. “A divisão sexual do trabalho estrutura-se sobre a separação entre produção e reprodução, atribuindo às mulheres as tarefas de cuidado e manutenção da vida.” (Hirata, 2020, p. 58).

Tradicionalmente, homens desenvolvem atribuições produtivas, com remuneração e vínculos formais de trabalho, traduzem-se como os mantenedores financeiros do lar, através do custeio das necessidades básicas de sobrevivência da família, enquanto que para as mulheres cabe o desenvolvimento de atividades reprodutivas, voltadas ao cuidado e aos afazeres domésticos, muitas não remuneradas e invisibilizadas

socialmente, sendo essa configuração, um dos principais mecanismos que estruturam desigualdades na sociedade (Hirata, 2018).

Hirata (2014) destaca que a divisão sexual do trabalho não é natural, mas fruto de processos sociais e culturais que reforçam a subordinação das mulheres. A divisão sexual do trabalho, portanto, não apenas organiza a produção e reprodução da vida, mas também fortalece as desigualdades de gênero, sendo central para a compreensão da sobrecarga e da invisibilidade do trabalho feminino.

É através da divisão sexual do trabalho que se estruturam as desigualdades sociais de gênero, uma vez que ela atribui às mulheres responsabilidades domésticas e de cuidado, enquanto que os homens ocupam a esfera produtiva. Saffioti (2015) aponta que essa divisão é atravessada por classe e raça, afetando mais intensamente mulheres pobres e negras, que enfrentam maior sobrecarga e menores oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal.

Entender que as práticas cotidianas das mulheres como, cuidar dos filhos, dos idosos da família, da casa, fazem parte de um sistema envolvido por relações de poder e exploração. As mulheres não escolhem suas atribuições de cuidado individualmente, essa responsabilidade é atravessada por fenômenos estruturais da vida social.

Portanto, o cuidado, o trabalho doméstico, a criação dos filhos e a organização da vida cotidiana é ponto central para o modo de produção capitalista, uma vez que ele não é um ato individual ou espontâneo, mas uma atividade coletiva que garante a existência e a continuidade da vida em sociedade.

Deve-se analisar o cuidado de forma crítica, visualizando a totalidade das relações sociais em que ele está inserido, considerando determinações histórica e socialmente construídas, manifestando de fato que ele está alicerçado em contradições relacionadas à produção e reprodução, trabalho assalariado e o trabalho não remunerado. Compreender o lugar central das mulheres para a sustentação da vida em sociedade, além de visualizar as dinâmicas contextuais das desigualdades, contribui para o desenvolvimento de alternativas de fortalecimento e emancipação das mulheres, que visem a valorização do cuidado como de fato um trabalho, necessário e que seja manifestado através de relações sociais mais justas e igualitárias entre os gêneros.

A perspectiva teórica de análise dentro do contexto apresentado, articula pontos sobre jornadas de trabalho, divisão de responsabilidades e desigualdades de gênero. Segundo Vogel (2013) e Federici (2019), a economia capitalista depende do trabalho reprodutivo, realizado em grande parte por mulheres, que permanece invisível e desvalorizado, mas é estruturalmente essencial para a continuidade do sistema produtivo.

Da mesma forma, questões relacionadas ao amparo de condições apropriadas para o desenvolvimento laboral das mulheres, não podem ser ignoradas, uma vez que as categorias de gênero, classe e raça não apenas se somam umas às outras, mas se inter-relacionam de maneira consubstancial, reproduzindo diferentes opressões, indissociáveis, que se constituem em uma única forma de dominação sobre as mulheres.

Junto e além da sobrecarga, a TRS evidencia a invisibilidade social e econômica desse trabalho. Apesar de sua importância, atividades de cuidado não remuneradas ou mal pagas, não são contabilizadas como trabalho produtivo pelo sistema econômico, permanecendo fora das estatísticas oficiais de emprego e renda. De acordo com ONU Mulheres (2024), se o trabalho doméstico e de cuidado realizado por mulheres fosse remunerado, seu valor representaria cerca de 13% do PIB brasileiro, revelando o peso econômico oculto dessa atividade.

Portanto, a TRS, nos permite compreender que a sobrecarga feminina, a desigualdade na divisão sexual do trabalho e a invisibilidade social do cuidado não são fenômenos isolados, mas resultado de uma organização social e econômica que reproduz relações de poder, gênero e classe. Ao integrar dados estatísticos e conceitos teóricos, é possível evidenciar a centralidade do cuidado como categoria social, política e econômica, fundamental para a formulação de políticas públicas que valorizem e redistribuam essas responsabilidades.

Compreendendo a totalidade social, suas implicações e dimensões, identificamos que as mulheres evidenciam, através de seu trabalho reprodutivo e das relações de gênero, importantes resultados para a reprodução do capital. Dessa forma, torna-se necessário repensar formas de emancipação e fortalecimento para as mulheres enquanto classe trabalhadora, reconhecendo através das contradições sociais medidas para que haja, sem estagnação, a transformação social.

Trabalho do cuidado sob a ótica de estudos feministas de gênero

Os estudos feministas de gênero buscam consolidar o cuidado como categoria central de análise para compreender as desigualdades relacionadas às mulheres, principalmente nas relações que envolvam o trabalho. Autoras como Kergoat (2009) e Hirata (2018) demonstram que a divisão sexual do trabalho não se traduz apenas na forma desigual da divisão de tarefas entre homens e mulheres, mas evidencia a posição de subordinação feminina, uma vez que naturaliza atividades domésticas e de cuidado como sendo atribuições exclusivas das mulheres. Nessa perspectiva evidencia-se que a sobrecarga feminina não é gerada através de uma simples escolha da mulher, mas que ela está relacionada com uma construção social e histórica, manifestada principalmente em meio ao contexto familiar em que as mulheres estão inseridas.

Federici (2019) argumenta que o capitalismo depende do trabalho reprodutivo realizado majoritariamente por mulheres, trabalho este que é invisível e não remunerado, mas estruturalmente essencial para a reprodução da força de trabalho. A partir dessa perspectiva, o cuidado não deve ser entendido apenas como atividade doméstica ou vocação natural, mas como trabalho social, que possui implicações diretas sobre a autonomia e a liberdade das mulheres.

Para Federici (2017), o capitalismo se constituiu sobre a expropriação do corpo e do trabalho feminino, ao transformar o cuidado e o trabalho doméstico em atividades “naturais”, não remuneradas e invisíveis. A autora defende que sem o trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, a produção e a acumulação capitalista seriam inviáveis.

Hirata (2020) e Kergoat (2009) analisam o cuidado como trabalho relacional e atravessado pela interseccionalidade, ressaltando que raça, classe e gênero se articulam na divisão internacional e sexual do trabalho de cuidado. Scott (1995) enfatiza que a construção social do gênero define papéis e expectativas, naturalizando o cuidado feminino como uma extensão da maternidade e do amor, e não como trabalho socialmente relevante. Essa naturalização desconsidera o esforço feminino, reforçando ainda mais as desigualdades.

O trabalho de cuidado, quando analisado sob a ótica dos estudos feministas de gênero, revela-se como dimensão estratégica para compreender as desigualdades

existentes na sociedade, a partir da crítica feminista. Sua essencialidade e relevância para a manutenção social e política possui prerrogativas fortes para repensar, reformular e fortalecer as bases e os fundamentos do desenvolvimento social.

A discussão sobre o trabalho de cuidado vem sendo inserida em debates junto aos campos das políticas públicas e sociais, mostrando que o cuidado, que antes era restrito ao ambiente doméstico, vem sendo abordado nas agendas públicas como questão de Estado, mesmo que de forma fragmentada e rodeada de implicações de poder e falta de prioridade.

No Brasil, dados da PNAD Contínua (IBGE, 2022) mostram que as mulheres dedicam em média 21,3 horas semanais às tarefas domésticas e de cuidado, enquanto os homens dedicam 11,7 horas, configurando uma diferença de quase 10 horas semanais, equivalente a mais de 500 horas por ano. Essa disparidade evidencia empiricamente a sobrecarga feminina, corroborando a perspectiva da TRS sobre a centralidade do trabalho reprodutivo na sustentação do capitalismo.

Dentro desse contexto, cita-se uma publicação importante do Tribunal de Contas da União (TCU, 2025), envolvendo as mulheres. O TCU realizou uma revisão de políticas públicas para equidade de gênero e direitos das mulheres com o objetivo de: “analisar e sistematizar conhecimento sobre políticas públicas voltadas para a equidade de gênero e os direitos humanos das mulheres, considerando seu impacto na promoção da inclusão e na redução das desigualdades.” (TCU, 2025). Esse documento analisou o papel das políticas públicas no combate às desigualdades de gênero, na busca por igualdade e promoção de direitos para as mulheres.

Em síntese, analisar o trabalho de cuidado através dos estudos feministas de gênero evidencia que sua invisibilidade e desvalorização sustentam desigualdades históricas que recaem sobre as mulheres. O cuidado, essencial para a reprodução social e para o funcionamento do capitalismo, continua sendo tratado como atribuição natural feminina, reforçando a sobrecarga e limitando a autonomia das mulheres, especialmente daquelas atravessadas por raça e classe.

Reconhecer o cuidado como trabalho social é fundamental para orientar políticas públicas capazes de redistribuir responsabilidades, valorizar esse trabalho e enfrentar as desigualdades estruturais. Assim, integrar o cuidado às agendas

públicas de forma efetiva é um passo necessário para promover justiça, equidade e o fortalecimento dos direitos das mulheres.

Desafios para o Serviço Social diante da sobrecarga das mulheres e da centralidade do cuidado

A sobrecarga das mulheres nas responsabilidades familiares e na organização do cuidado expressa um conjunto de desigualdades estruturais que o Serviço Social é chamado a enfrentar. Como destaca Hirata (2014), o cuidado e o trabalho doméstico constituem uma “divisão sexual do trabalho” que organiza socialmente quem cuida e quem é cuidado, mantendo as mulheres como as principais responsáveis pelas tarefas reprodutivas, mesmo quando inseridas no mercado de trabalho formal. Essa naturalização do cuidado como responsabilidade meramente feminina é um dos desafios centrais para a atuação profissional.

Federici (2017) reforça que o trabalho reprodutivo — historicamente invisibilizado e não remunerado — é fundamental para a sustentação da economia capitalista, pois garante a reprodução diária da força de trabalho. No entanto, permanece excluído das políticas públicas e do reconhecimento social, transferindo às mulheres uma carga desproporcional de responsabilidades. Essa invisibilidade tem repercussões diretas na vida das usuárias atendidas pelo Serviço Social, que frequentemente buscam apoio diante da exaustão, das dificuldades de conciliar trabalho e família, e da ausência de redes institucionais de suporte.

Nesse cenário, o Serviço Social enfrenta o desafio de desnaturalizar as desigualdades de gênero presentes no cuidado, incorporando leituras críticas sobre o trabalho reprodutivo em seus diagnósticos e análises socioeconômicas. Isso implica romper com abordagens individualizantes e reconhecer que a sobrecarga feminina não é fruto de escolhas pessoais, mas expressão de uma ordem social que distribui desigualmente “tempo, responsabilidades e possibilidades” (Hirata, 2016).

Também é papel da profissão atuar na defesa e ampliação de políticas públicas que reconheçam o cuidado como trabalho socialmente necessário — reivindicação que dialoga diretamente com Federici (2019), ao afirmar que a emancipação das mulheres exige transformar o cuidado em responsabilidade coletiva, por meio de serviços públicos, redistribuição social e reconhecimento político do trabalho

reprodutivo.

Do ponto de vista ético-metodológico, o Serviço Social deve promover práticas que acolham as mulheres sem julgamentos, considerem interseccionalidades como classe e raça, e fortaleçam a autonomia das usuárias e suas redes de apoio, reconhecendo as estruturas sociais em que estão inseridas.

Assim, reconhecer a centralidade do cuidado e sua articulação com a sobrecarga feminina significa compreender que tais expressões da questão social exigem respostas coletivas de diferentes setores. Para o Serviço Social, isso se traduz na necessidade de uma prática crítica, comprometida com a equidade de gênero e com a construção de políticas que desindividualizem o cuidado relacionado majoritariamente as mulheres, na busca pelo enfrentamento das desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre a Teoria da Reprodução Social e os Estudos Feministas de Gênero permite compreender o trabalho de cuidado e as demandas familiares das mulheres como um fenômeno estrutural, que não advém de escolhas individuais. A sobrecarga feminina e todos os seus desdobramentos são resultados de construções históricas que culturalmente responsabilizam as mulheres sobre esse cuidado de forma totalmente natural.

Entender essa estruturação é fundamental, principalmente junto ao Serviço Social, para que sejam alicerçadas políticas públicas que valorizem e tornem visíveis o trabalho de cuidado em busca da redução das desigualdades e do fortalecimento e efetivação dos direitos das mulheres de fato.

A TRS nos mostra que a sobrecarga feminina é resultante das exigências do modo de produção capitalista, que depende do trabalho gratuito, invisível e desvalorizado das mulheres para o seu desenvolvimento. Com os estudos feministas de gênero compreendemos como o cuidado é sustentado por relações de poder e de desigualdades entre os gêneros, atravessadas por questões éticas e políticas historicamente construídas junto a esse processo. “O trabalho doméstico é a base oculta sobre a qual se ergue a economia capitalista; ele produz a força de trabalho como mercadoria.” (FEDERICI, 2017, p. 25)

Assim, através das perspectivas apresentados nesse artigo, entende-se que o

contexto de invisibilidade e de sobrecarga em que as mulheres cuidadoras estão inseridas, é resultante de explorações e dominações sociais, econômicas e culturais, mediadas pelo autoritarismo do patriarcado e moldados por todas as formas de opressão e desvalorização dessa classe trabalhadora. Essa leitura é fundamental para o Serviço Social, pois orienta a prática profissional do(a) assistente social no sentido de identificar as diversas situações que atravessam a vida das usuárias.

Fortalecer ações de defesa de direitos, problematizar desigualdades de gênero e atuar na formulação e no aprimoramento de políticas públicas que reconheçam o cuidado como trabalho socialmente necessário são intervenções inerentes ao agir profissional do Serviço Social, uma vez que essa análise crítica da realidade reafirma o compromisso ético-político da profissão em busca da emancipação das mulheres através do enfrentamento das desigualdades estruturais que sustentam a invisibilidade do cuidado.

Portanto, reconhecer que o cuidado, visto através da TRS e pelo olhar feminista de gênero, é central para o desenvolvimento da vida e do capital, torna-o fortemente qualificado para ser reconhecido como peça fundamental para uma reorganização social atrelada ao cuidado, com princípios de igualdade e justiça, trazendo em seu cerne formas efetivas de emancipação para todas as mulheres. Para o Serviço Social, essa compreensão é estratégica, pois permite orientar intervenções que promovam políticas públicas e sociais efetivas.

Conclui-se, assim que reconhecer o cuidado como trabalho socialmente necessário fortalece a atuação profissional na defesa da equidade de gênero, na valorização do trabalho doméstico e reprodutivo, e na construção de estratégias que busquem a emancipação das mulheres, garantindo que seu papel na manutenção da vida e da sociedade seja legitimamente reconhecido e protegido.

REFERÊNCIAS

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social, São Paulo, v. 32, n. 2, 2020.

HIRATA, Helena. **Trabalho, cuidado e interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo,

2018.

HIRATA, Helena. **Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres**. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, João Pessoa, v. 1, n. 53, 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2024**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024.

KERGOAT, Danièle. **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo**. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero nas democracias**. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, João Pessoa, v. 1, n. 53, 2020.

ONU MULHERES. **O valor do trabalho doméstico e de cuidado no Brasil**. Brasília, 2024.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, 1995.

TCU – Tribunal de Contas da União. **Políticas Públicas para Equidade de Gênero e Direitos das Mulheres: Relatório de Avaliação**. Brasília: TCU, 2025.

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory**. New York: Haymarket Books, 2013.

Fabiane Márcia Drews

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Públicas pela UFSM. Assistente Social do Serviço de Perícia Oficial em Saúde da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Administração e Gestão Pública pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Laura Regina Câmara Maurício da Silva Fonseca

Doutora em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília - UnB. Bacharel em Serviço Social, pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta - SUAM/ Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ. Professora Associada III - Classe D, na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM no Departamento de Serviço Social. Líder do Grupo de Pesquisa em Gênero, Políticas Públicas e Serviço Social/CNPq. Coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, Políticas Sociais e Movimentos Sociais (Hegemônicas). Atua na Pós-graduação, integrando o corpo docente dos Cursos de Mestrado em Serviço Social e Políticas Públicas, da Especialização em Estudos de Gênero e da Residência Multiprofissional em Saúde da UFSM.